



MENCIONE-SE
PUBLIQUE-SE
EXPEÇA-SE

15/03/06

Fernando Sá n.º 15/03/06

REQUERIMENTO Nº 1658/X (1ª) - AC

Exº Sr.
Presidente da Assembleia da República

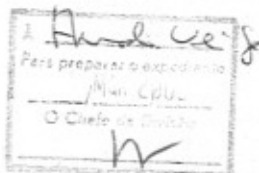
Requerentes: Deputados Miguel Freitas e Jorge Almeida
Assunto: Eventuais irregularidades na avaliação de projectos candidatos ao Fundo Florestal Permanente, em 2004.

Em audiência realizada em 8 de Março de 2006, em sede de Sub-Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, os deputados do Partido Socialista subscritores deste requerimento, tomaram conhecimento de graves acusações, dirigidas ao processo de avaliação das candidaturas, relativas ao concurso público no âmbito do Fundo Florestal Permanente, em 2004, de acordo com o DR-1ª série B nº 178 de 30 de Julho.

De facto, este concurso público, contemplava 6 medidas, das quais se destacava a medida 5 - Acções específicas de investigação aplicada, demonstração e experimentação.

Dois dos projectos candidatos a esta medida, foram apresentados pela ADAI, Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial, e intitulavam-se " Comportamento do Fogo em Vegetação Arbustiva e sua Atenuação com Retardantes " e " Efeito do Fogo Controlado em Povoamento de Quercus Suber ".

A decisão do Gabinete do Fundo Florestal Permanente, após apreciação destas duas candidaturas, foi a de reprovar a primeira, e a de não poder financiar a segunda, apesar de parecer técnico favorável, por falta de verbas.





Segundo informação prestada, em audiência, na Sub-Comissão, pelo responsável da Associação, o Prof. Domingos Xavier Viegas, terá sido desencadeado um processo judicial de impugnação do Concurso e de todos os actos dele decorrentes, dada a existência de vícios formais e administrativos, e ainda uma queixa dirigida à Tutela, relativa ao mesmo Concurso, onde terão sido invocadas, como justificação da mesma, graves irregularidades processuais.

Foram ainda apresentadas durante a audiência, acusações muito graves dirigidas a pessoas e instituições, não só de carácter formal e processual, já referidas, mas também acusações a indiciar outro tipo de suspeição.

Assim, ao abrigo das normas constitucionais e regimentais em vigor, os deputados do Partido Socialista subscritores deste requerimento, solicitam ao Governo, através do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, resposta às seguintes questões:

- 1 - Qual foi a sequência processual, decidida pela Tutela, em resposta à queixa apresentada.
- 2 - Se a averiguação das eventuais irregularidades e responsabilidades, está em curso, e qual o ponto da situação.

Lisboa, Palácio de S. Bento, 14 de Março de 2006

OS DEPUTADOS

Luís Freire
Jorge Almeida